



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTM/DPADI

PORTARIA N° 10233

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições relativas à Administração que lhe são conferidas pelo inciso XXIII do Capítulo 9 do Manual de Organização do Superior Tribunal Militar (STM) (4224706), aprovado pelo [Ato Normativo n° 830](#), de 11 de março de 2025, bem como o disposto no art. 184 da [Lei n° 14.133](#), de 1° de abril de 2021, regulamentado pelo [Decreto n° 11.531](#), de 16 de maio de 2023, no Manual de Acompanhamento e Controle de Contratos da Justiça Militar da União, aprovado pelo [Ato Normativo n° 829](#), de 10 de março de 2025, tal qual o contido no Memorando ASCOM (4241105), de 19 de março de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo descritos, a fim de acompanharem e fiscalizarem a execução do **Contrato n° 23/2024 (3919979)**, celebrado entre este **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a sociedade empresária **MAXIVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, com empréstimos, reposição e aquisição de peças e aplicações de áudio e vídeo, para equipamentos de Som Digital e Painel de Pedido de Palavra dos Ministros em Plenário do STM, de acordo com o Processo SEI n° 000811/24-00.204:

GESTOR				
DINOMAR MIRANDA DOS SANTOS - Assessor I da ASCOM				
FISCAL				
	TITULAR	LOTAÇÃO	SUBSTITUTO	LOTAÇÃO
Técnico/Administrativo	PAULO HENRIQUE DA COSTA GONCALVES - Chefe de Seção	SEAUV/ASCOM	JÉSSICA APARECIDA DAMACENA SANCHES - Militar	SEAUV/ASCOM

Art. 2º DETERMINAR, obedecendo às disposições do art. 184 da [Lei n° 14.133](#), de 1° de abril de 2021, ao gestor de contrato, aos fiscais de contrato ou à equipe de fiscalização, o dever de examinar o edital da licitação, o projeto básico ou termo de referência, a proposta da contratada, o contrato e seus aditivos, visando obter o conhecimento necessário para executar, com eficácia, os procedimentos de fiscalização, com vistas a se certificar da fiel execução do objeto pactuado. As respectivas competências podem ser consultadas nos itens 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Justiça Militar da União.

Art. 3º Em consequência, fica revogada a Portaria n° 9549 (3954797), de 9 de outubro de 2024.

Publique-se no BJM.

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral do STM



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 04/04/2025, às 11:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4263018** e o código CRC **7DC37348**.

4263018v3

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>